



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

5ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo
Sala dos Ministros, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Brasília, 2 de dezembro de 2025, 14:30

Participantes Membros do COMIF

MMA

André Lima - Suplente

MD

Richard Fernandez Nunez - Titular

MJSP

Camila Pintarelli - Suplente

MPI

Maria Janete Albuquerque de Carvalho – Suplente

MS

Mariângela Batista Galvão Simão - Titular

IBAMA

Rodrigo Agostinho – Titular

ICMBIO

Mauro Oliveira Pires- Titular

Iara Vasco Ferreira - Suplente

ABEMA

Kauê Gonçalves Grecco (SP) - Suplente

Mauren Lazzaretti (MT) - Titular

José Volnei Bisognin (PR) - Suplente

Carolina Schubart (DF) - Suplente

Rodrigo Belo (MG) - Suplente

ANAMMA

Marçal Cavalcanti – Titular

Antonio Marcos Barreto – Suplente



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

Marcelo Marcondes – Suplente

CNCGBM/LIGABOM

Jusciery Rodrigues Marques - Suplente

CONAMA

Juliana Gatti - Titular

RNBV

Gabriel Chaskelmann - Suplente

CNA

Rodrigo Justus - Suplente

APIB

Eliane Rodrigues de Lima - Titular

CNPCT

Samuel Leite Caetano - Titular

Domingos Barbosa Ferreira - Suplente

Beatriz Marques de Lima – Titular

Maria Ednalva Ribeiro da Silva - Suplente

Convidados

Suiá Rocha – Casa Civil

Rejane Marques Mendes – Casa Civil

Lawrence Nobrega De Oliveira

Matheus Miranda

Janio Oliveira Coutinho

José Bisinoti Neto

Leno Rodrigues de Queiroz

Érica Stefane de Oliveira

Rodrigo Mendonça

Ana Caroline Barbosa Lira



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

Guilherme Barbosa

Hugo Leonardo

Viviane Vazzi

Equipe MMA

João Paulo Sotero

Maurício Pompeo

Jazette Renata Weckeverth

Christian Berlinck

Flávia Regina Rico

Roberto Alves Monteiro Junior - DFRE

1. Verificação do quórum

Verificado o quórum para deliberação conforme o Regimento Interno do COMIF, a reunião foi iniciada.

2. Abertura

Cumprimentando os presentes, o Sr. André Lima, abriu a sessão e desejou boas-vindas. Em seguida, registrou informe acerca da participação brasileira na 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP 30, realizada em Belém, Pará. Destacou que o tema dos incêndios florestais alcançou, nesta edição, nível inédito de visibilidade e centralidade no debate internacional, que a agenda foi amplamente discutida em múltiplos eventos oficiais e paralelos.

Informou que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima organizou evento internacional com a participação de representantes da Austrália, Portugal, África do Sul e Canadá, além da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO. Na ocasião, foram compartilhados desafios enfrentados pelo Brasil e apresentados avanços institucionais, especialmente no âmbito da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo e das iniciativas desenvolvidas no âmbito do COMIF.

Mencionou, ainda, a realização de outros eventos de caráter internacional e nacional, com a participação de órgãos federais, incluindo IBAMA/Prevfogo e ICMBio, bem como representantes de governos estaduais, sociedade civil e organizações especializadas, como o SOS Pantanal e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

Destacou a iniciativa brasileira de elaboração e apresentação de documento denominado “Call to Action”, proposta originalmente pela Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento em articulação com o Ministério das Relações Exteriores, apresentada em Roma no mês de junho de 2025 e posteriormente debatida no contexto da COP 30. O referido documento busca elevar o debate internacional sobre prevenção, controle e manejo integrado do fogo, sob abordagem estruturante baseada em planejamento territorial, desenvolvimento de comunidades e territórios resilientes ao fogo, e integração entre prevenção e combate.

Registrou que a iniciativa obteve adesão expressiva de aproximadamente 63 a 64 países, além de organismos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a própria FAO, consolidando-se como documento de referência para o debate internacional sobre incêndios florestais no contexto das agendas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Informou, ainda, que o tema da prevenção e controle de incêndios florestais passou a constar formalmente em documentos oficiais no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, como estratégia de mitigação de emissões, o que representa avanço institucional relevante para a agenda.

O Secretário registrou, por fim, que a participação brasileira na COP 30 contou com presença ativa de representantes do IBAMA, Prevfogo, ICMBio, sociedade civil e governos estaduais, evidenciando o fortalecimento da governança interfederativa na temática do manejo integrado do fogo.

Na sequência, a senhora Camila Kuhl Pintarelli solicitou a palavra para comunicar ao colegiado o êxito do Projeto Manejo Integrado do Fogo, aprovado com recursos do Fundo Amazônia, conforme previamente apresentado ao COMIF.

Informou que o projeto tem por finalidade o fortalecimento da capacidade operacional na região do Cerrado e do Pantanal, por meio da aquisição de equipamentos destinados a corpos de bombeiros, brigadas voluntárias e à Força Nacional, ressaltando que o êxito da iniciativa se materializa na celeridade do processo de aprovação e execução.

Registrou que as entregas dos equipamentos terão início na semana subsequente à reunião, contemplando os estados beneficiados pelo projeto, e destacou que o projeto contou com apoio institucional do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, especialmente no âmbito da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento.

Informou, ainda, o envio de convite à Secretaria para participação na cerimônia de início das entregas, com destaque para evento a ser realizado no dia 18 de dezembro, na fábrica responsável pela produção dos autos bomba tanques, situada em Porto Alegre, ocasião em que se dará a formalização da entrega dos primeiros equipamentos.

Ressaltou que o resultado alcançado demonstra a importância da articulação interinstitucional e da união de esforços entre os órgãos envolvidos, agradecendo ao COMIF pelo apoio prestado ao projeto.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

Em resposta, André Lima agradeceu o informe e registrou que haverá representação institucional da Secretaria na cerimônia mencionada, por meio da Chefia de Gabinete ou Diretoria competente, considerando agenda previamente estabelecida.

Destacou que a aprovação do projeto no Fundo Amazônia e o início de sua execução no mesmo exercício em que foi proposto configuram resultado expressivo em termos de eficiência administrativa, parabenizando as equipes envolvidas, inclusive no âmbito do Fundo Nacional de Segurança Pública e da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, pelo empenho na tramitação e execução da iniciativa.

Encerrado o informe, passou-se aos itens da pauta previamente estabelecida.

2.1. Apresentação da Pauta

O Secretário André Lima apresentou a pauta da reunião, na qual constavam os seguintes assuntos:

- abertura;
- aprovação da ata da reunião anterior;
- apresentação relatório de atividades Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional Nacional (CIMAN) 2024;
- apresentação de calendários de reuniões Ordinárias do COMIF para 2026;
- informe sobre o andamento do Grupo de trabalho para análise e elaboração de minuta de resolução de implementação da Estratégia do Voluntariado em Manejo Integrado do Fogo;
- informe sobre a celebração do convênio do FNMA para implementação dos Planos de Manejo Integrado do Fogo nos municípios amazônicos e pantaneiros prioritários.

3. Aprovação da ata da 3ª reunião extraordinária do COMIF

Submeteu-se à apreciação a ata da 3ª reunião Extraordinária do COMIF. Não havendo manifestações, a ata foi aprovada por unanimidade.

4. Informe sobre a celebração do Convênio do FNMA para implementação dos Planos de Manejo Integrado do Fogo nos Municípios amazônicos e pantaneiros prioritários.

Dando continuidade à pauta, o Secretário André Lima apresentou atualização acerca do edital voltado à implementação de ações municipais de prevenção e controle de incêndios, no âmbito dos planos locais de prevenção e controle de incêndios florestais.

Informou que o edital foi lançado com o objetivo de fortalecer a mobilização no nível local, de forma estruturada e planejada, visando ampliar o engajamento dos municípios nas ações de prevenção, combate e controle de incêndios florestais. Registrou que houve



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

ampla participação municipal, tendo sido classificadas 31 propostas, correspondentes a 31 municípios aprovados.

Esclareceu, contudo, que em razão de contingenciamento parcial de recursos, não será possível celebrar integralmente todos os convênios ainda no presente exercício. Informou que parte dos instrumentos será formalizada imediatamente, permanecendo a complementação de recursos para o exercício subsequente.

Na sequência, foi concedida a palavra ao senhor Roberto Alves Monteiro Junior, Coordenador de Gestão de Fundos do Departamento de Gestão de Fundos e de Recursos Externos do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, responsável pela operacionalização do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA e do Fundo Clima.

O representante informou que o edital contou com dotação total de R\$ 32.000.000,00, sendo R\$ 12.000.000,00 oriundos do FNMA e R\$ 20.000.000,00 do Fundo de Defesa de Direitos Difusos. Em razão do contingenciamento parcial do FDD, foram repassados ao FNMA R\$ 7.700.000,00 no presente exercício, permanecendo saldo a ser transferido no exercício seguinte.

Com os recursos disponíveis, foram empenhados aproximadamente R\$ 20.500.000,00, possibilitando a celebração inicial de 25 convênios. Dentre estes, 21 municípios situam-se no bioma Amazônia e 4 no bioma Pantanal.

Informou ainda que, das 25 propostas, 13 serão celebradas em parcela única, com repasse integral no presente exercício, enquanto 12 serão formalizadas em duas parcelas, sendo a segunda liberada após aprovação da Lei Orçamentária Anual do exercício seguinte, sem prejuízo à execução dos projetos, considerando o curto intervalo previsto entre as liberações.

Para fins de registro em ata, foram informados os municípios contemplados nesta primeira etapa:

- Porto Murtinho – MS
- Apuí – AM
- Barão de Melgaço – MT
- Manicoré – AM
- São Félix do Xingu – PA
- Corumbá – MS
- Lábrea – AM
- Itaituba – PA
- Jacareacanga – PA
- Querência – MT
- Juína – MT
- Rurópolis – PA
- Juara – MT
- Placas – PA
- Rio Branco – AC
- Rondon do Pará – PA



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

- Sonora – MS
- Nova Bandeirantes – MT
- Cláudia – MT
- Conquista do Oeste – MT
- Feijó – AC
- Comodoro – MT
- Uruará – PA
- Trairão – PA
- Bom Jesus do Araguaia – MT

O Secretário agradeceu o informe e registrou reconhecimento às equipes do Fundo Nacional do Meio Ambiente, à Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento, à equipe técnica liderada por Christian, bem como ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos, destacando que o investimento direto nos municípios representa estratégia estruturante para consolidar a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo.

Salientou que, além dos recursos ora executados, encontram-se em andamento investimentos oriundos do Fundo Amazônia destinados a corpos de bombeiros do Pantanal, Cerrado e Amazônia, ressaltando que, em pouco mais de um ano de implementação da nova política, já se observa nível significativo de execução financeira e institucional.

Encerrado o bloco de informes, convidou a equipe técnica do PrevFogo para apresentação do Relatório Anual de Atividades do Ciman Federal, em cumprimento à determinação legal que estabelece a apresentação anual do relatório ao COMIF. Destacou que o documento foi previamente encaminhado aos membros, e que o exercício anterior foi marcado por elevada intensidade de incêndios, o que demandou maior prazo para consolidação de dados e análises técnicas.

5. Apresentação do Relatório de atividades do Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional Nacional – CIMAN 2024.

Na sequência, foi concedida a palavra ao senhor Lawrence Nóbrega de Oliveira, que apresentou o Relatório Anual de Atividades do CIMAN referente ao exercício de 2024. Inicialmente, cumprimentou a Secretaria-Executiva da Presidência e os membros presentes, registrando que, em reuniões ordinárias anteriores do CIMAN no exercício corrente, foi aprovado o Regimento Interno do Comitê, já encaminhado ao COMIF para apreciação. Destacou que o normativo estabeleceu, entre outros pontos, prazo formal para entrega do relatório anual, fixando o dia 31 de março para apresentação do relatório referente ao exercício anterior, conferindo maior previsibilidade e institucionalidade ao processo.

Ressaltou que o novo regimento fortalece o caráter colegiado do CIMAN, alinhando-se à nova legislação e ao decreto regulamentador da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, consolidando a realização de reuniões ordinárias mensais.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

Destacou que o ano de 2024 foi marcado por elevada complexidade operacional, em virtude de condições climáticas adversas associadas ao fenômeno El Niño, especialmente no primeiro semestre, caracterizado por redução significativa de precipitação, com impactos expressivos sobre a vegetação nos biomas Amazônia e Pantanal.

Apresentou dados comparativos da série histórica de focos de calor, registrando que 2024 apresentou o maior quantitativo desde 2010, com aumento generalizado na maioria dos estados, e crescimento superior a 46% em relação ao exercício anterior, com destaque para os biomas Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal.

Informou que o relatório também consolida dados relativos à área queimada, com valores significativamente acima da média histórica nos biomas mencionados.

No tocante à governança e articulação institucional, informou que foram realizadas 67 reuniões da sala de situação ao longo do exercício, com participação de 56 instituições, incluindo expressiva presença de estados. Registrou que a ampliação da participação estadual qualificou substancialmente o fluxo de informações e a gestão das operações. Ressaltou que, além dos estados, houve participação pontual de municípios, especialmente em razão de grandes ocorrências registradas no estado do Tocantins.

Informou que, no âmbito do monitoramento nacional, foram acompanhadas 643 áreas de interesse, incluindo 83 unidades de conservação federais, 104 unidades de conservação estaduais, 102 terras indígenas, 106 assentamentos, abrangendo 22 unidades federativas e 146 municípios. Foram acompanhadas, ainda, 52 operações de combate ao longo do exercício.

Esclareceu que as reuniões da sala de situação ocorrem, ordinariamente, três vezes por semana — às segundas-feiras em formato híbrido e às quartas e sextas-feiras em formato virtual — podendo ser convocadas reuniões extraordinárias conforme a criticidade dos eventos. Explicou que a dinâmica das reuniões contempla análise meteorológica, avaliação de focos de calor, apresentação das dez áreas mais críticas, atualização das operações de níveis 2 e 3 e deliberação sobre o Plano de Ação do Incidente – PAI, instrumento por meio do qual são definidas necessidades de recursos, incluindo meios aéreos, brigadistas e equipamentos.

Registrou que houve pico de 37 operações simultâneas no mês de outubro, configurando cenário de elevada complexidade operacional. Destacou, entre as principais ações, a Operação Pantanal 2, com apoio do Ministério da Defesa, e a Operação Tucumã, na região amazônica. Informou que, considerando exclusivamente brigadistas do IBAMA/Prevfogo e do ICMBio mobilizados nas operações de grande porte, foi atingido pico superior a 1.400 combatentes no início de outubro, sem computar o efetivo alocado em operações de nível 1.

Destacou o protagonismo de diversas instituições federais e estaduais, incluindo ICMBio, INCRA, FUNAI, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, bem como o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, que



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

passou a integrar formalmente o colegiado após alteração do decreto regulamentador. Ressaltou a participação ativa de Corpos de Bombeiros estaduais, com menção aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão e Mato Grosso, especialmente na gestão das operações no Pantanal, onde foram realizadas reuniões específicas para acompanhamento detalhado da situação e melhor gerenciamento dos meios disponíveis.

Informou que houve tentativa de obtenção de informações consolidadas junto a outros órgãos para qualificação ainda maior dos dados apresentados, porém não foi possível concluir essa consolidação no exercício corrente. Destacou que esse é um dos pontos de aprimoramento previstos para o próximo ciclo.

Registrou que o Presidente do IBAMA firmou termo com a Universidade Federal de Lavras para desenvolvimento do sistema denominado “SISFogo”, que contemplará a implementação do CIMAN Virtual. Informou que já foi aprovado, no âmbito do plenário do CIMAN, grupo de trabalho responsável por definir os requisitos técnicos do novo sistema, que deverá permitir gestão integrada das informações, maior transparência, aprimoramento da alocação de recursos e automatização da geração de relatórios, superando o modelo atualmente baseado em planilhas eletrônicas.

Destacou que a perspectiva é que o sistema esteja em desenvolvimento ao longo do próximo exercício, com construção colaborativa entre União, estados e municípios, assegurando ambiente acessível também aos entes subnacionais.

Na sequência, apresentou destaque quanto à duração das principais operações realizadas em 2024, mencionando:

- Operação Pantanal Norte – de 28/06 a 12/12, totalizando 167 dias;
- Operação Pantanal Leste e Rio Paraguai;
- Operação Pantanal 2, com apoio do Ministério da Defesa;
- Operações em Rondônia e outros estados em apoio aos governos estaduais;
- Operação em Terra Indígena Carajás, com duração de dois dias;

Ressaltou que operações de longa duração implicam elevada pressão sobre a alocação de recursos, especialmente meios aéreos, dificultando atuação simultânea em outras frentes críticas.

Apresentou também levantamento das áreas com maior recorrência na lista das “dez mais críticas” nas reuniões da sala de situação, destacando, entre as unidades de conservação federais, o Parque Nacional do Araguaia e a Floresta Nacional do Jamanxim, bem como recorrência significativa na Ilha do Bananal. Informou que o relatório contempla a totalidade das áreas monitoradas, incluindo unidades de conservação estaduais, terras indígenas e assentamentos.

Registrou que, em determinadas áreas de terras indígenas e assentamentos, houve dificuldades operacionais relacionadas a questões de segurança, inclusive em razão de



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

atividades ilícitas, como garimpo ilegal e desmatamento, o que impactou a atuação dos brigadistas.

Mencionou caso emblemático ocorrido no município de Paranã, no estado do Tocantins, onde incêndio superior a 100 mil hectares ocorreu majoritariamente fora de áreas federais, evidenciando a importância de instrumentos que permitam maior integração municipal ao sistema.

Informou que o Regimento Interno do Ciman passou a contemplar quatro formulários padronizados: formulário de acionamento; formulário de resposta do CIMAN; formulário específico para Plano de Ação do Incidente – PAI; formulário para acionamento da Defesa Civil. Esclareceu que o fortalecimento do PAI busca conferir maior celeridade na disponibilização de recursos, inclusive meios aéreos, reduzindo burocracias administrativas.

Registrou a relevância da atuação da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, destacando a edição de portarias interministeriais que facilitaram o acionamento de recursos federais, bem como a necessidade de maior articulação para que municípios decretem emergência quando cabível.

Ressaltou a necessidade de ampliação da integração com estados e municípios, inclusive mediante aprimoramento de mecanismos de decretação de emergência e maior participação dos entes subnacionais na governança do sistema. Apontou como conclusões do relatório: influência determinante de condições climáticas adversas na intensificação dos incêndios; necessidade de análise integrada entre focos de calor, área queimada e degradação ambiental; importância de avançar em análises preditivas e territoriais; ampliação da integração com estados; e necessidade de aprimoramento do compartilhamento de informações, especialmente no contexto da implementação da Resolução nº 4 do COMIF. Apontou ainda como recomendações do relatório: fortalecimento de equipes especializadas em investigação de crimes ambientais; ampliação da capacitação pericial; padronização e ampliação do uso de meios aéreos; fortalecimento da cooperação internacional, inclusive em ações na Bolívia; estruturação de grupos permanentes de combate.

Encerrando sua manifestação, agradeceu o apoio institucional do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, destacando a atuação decisiva na articulação com estados durante o período crítico.

Na sequência, o Secretário André Lima cumprimentou a equipe do Prevfogo pelo trabalho desenvolvido, reconhecendo que o ano de 2024 foi atípico e desafiador, mas que também proporcionou aprimoramento estrutural significativo.

André Lima ressaltou que o relatório ultrapassa a condição de repositório de dados, constituindo instrumento estratégico para orientação das deliberações do COMIF. Propôs que o documento seja objeto de análise aprofundada, inclusive no âmbito da Câmara Técnica de Articulação Interfederativa, visando extrair recomendações objetivas para o Comitê.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

O senhor Lawrence complementou informando que foram instituídos dois grupos de trabalho no âmbito do CIMAN: um para finalização do relatório de 2025 e outro para definição dos requisitos do CIMAN Virtual, destacando a intenção de acelerar a consolidação das informações, especialmente após o encerramento da sala de situação ocorrido na semana anterior.

Na sequência, a senhora Mauren, representante da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, registrou que o estado apresentou redução de 70% nos focos de calor em comparação com a média dos últimos dez anos e redução de 84% em relação a 2024. Ressaltou que a atuação integrada entre União, estados e municípios tem sido fundamental para os avanços observados e destacou como desafio futuro o aprofundamento técnico do debate sobre aceiros.

Na sequência, o Secretário agradeceu as contribuições anteriores, registrando o reconhecimento ao esforço conjunto empreendido por diferentes esferas federativas. Destacou a crescente participação de municípios, que vêm assumindo maior protagonismo na implementação das ações em campo, mencionando, como exemplo, o Estado do Mato Grosso.

Solicitou a projeção de slide previamente apresentado durante a COP 30, com o objetivo de compartilhar os resultados obtidos. Após a exibição do material, esclareceu que os dados apresentados se referiam à área total queimada no Brasil em 2025, por bioma, comparativamente à média do período de 2017 a 2024. Ressaltou que a comparação não se limitava ao ano crítico de 2024, mas sim a uma média plurianual, conferindo maior robustez à análise.

Informou que os resultados indicam redução da área queimada em todos os seis biomas brasileiros, conforme segue:

- Pantanal: redução de 93,3%
- Amazônia: redução de 75,8%
- Mata Atlântica: redução de 62,3%
- Pampa: redução de 41,3%
- Caatinga: redução de 12,5%
- Cerrado: redução de 7,6%

Destacou que a redução total nacional se aproxima de 40% em comparação com a média do período analisado, ressaltando que, embora as condições climáticas em 2025 tenham sido menos severas do que em 2023 e 2024, os resultados demonstram avanço consistente e não meramente circunstancial.

Enfaticou que o resultado reflete esforço coletivo da sociedade brasileira, envolvendo União, estados, municípios e diversos órgãos e instituições, incluindo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, IBAMA/Prevfogo, ICMBio, Secretaria Nacional de Segurança Pública, entre outros. Salientou que o enfrentamento às mudanças



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

climáticas exige mudança estrutural de postura e fortalecimento da governança, destacando a importância da coordenação interfederativa e multissetorial. Mencionou a necessidade de aprimoramento das ações preventivas e de resposta imediata, independentemente da dominialidade da área afetada, de modo a evitar a escalada de incêndios de nível 1 para níveis 2 e 3, que demandam mobilização de grandes operações, inclusive com apoio do Ministério da Defesa.

O senhor Lawrence Nóbrega de Oliveira solicitou a palavra e apresentou sugestão de realização, no próximo ano, de workshops de apresentação do relatório aos estados e municípios, possivelmente nos meses de março ou abril, com o objetivo de ampliar a divulgação e promover debate qualificado sobre os resultados. O senhor André Lima ponderou que poderia, alternativamente, ser avaliada a realização de reunião extraordinária do COMIF, com caráter de seminário ampliado, destinada exclusivamente ao aprofundamento do relatório, proposta a ser analisada oportunamente.

Representantes da sociedade civil manifestaram interesse em aprofundar a discussão sobre brigadas comunitárias e voluntárias, ressaltando a importância de fortalecimento estrutural e continuidade das ações.

Encerradas as manifestações, o Secretário reiterou a importância da leitura atenta do relatório por todos os membros e a necessidade de aproveitamento estratégico de suas conclusões para orientação das futuras deliberações do COMIF.

6. Informe sobre o andamento do Grupo de trabalho para análise e elaboração de minuta de resolução de implementação da Estratégia do Voluntariado em Manejo Integrado do Fogo.

Dando prosseguimento à pauta, o Secretário André Lima informou sobre o andamento do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da resolução relativa à Estratégia Nacional de Voluntariado no âmbito do Manejo Integrado do Fogo.

Esclareceu que o GT estava inicialmente incumbido de apresentar minuta consolidada nesta reunião. Contudo, em razão da necessidade de aprofundamento de discussões e amadurecimento de pontos sensíveis, a proposta não foi submetida à deliberação nesta data.

Concedida a palavra ao senhor Christian Niel Berlinck, Coordenador-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo no MMA, este informou que foram realizadas seis reuniões do Grupo de Trabalho, com participação ativa de diversas instituições. Ressaltou, entretanto, que o período de realização das reuniões coincidiu com a intensificação dos incêndios e com agendas institucionais de elevada demanda, inclusive relacionadas à COP 30, o que dificultou a participação contínua de alguns representantes.

Informou que já existe minuta estruturada, contemplando princípios e diretrizes para a instituição da Estratégia Nacional de Voluntariado, conforme deliberado anteriormente pelo Comitê. Esclareceu que a proposta avançou, inclusive, para aspectos



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

de implementação parcial do Plano de Brigadas Florestais previsto na Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, concentrando-se, nesta etapa, na organização e no ordenamento das brigadas voluntárias que atuam diretamente em ações de prevenção e combate ao fogo.

Destacou que a opção metodológica foi priorizar a regulamentação do segmento de maior risco operacional, conferindo respaldo normativo e maior segurança às brigadas voluntárias envolvidas em atividades diretamente relacionadas ao combate e uso do fogo. O escopo mais amplo da política de voluntariado em manejo integrado do fogo deverá ser tratado em resolução complementar futura.

Diante disso, o Grupo de Trabalho solicitou prorrogação do prazo para apresentação da minuta final, com previsão de submissão na primeira reunião ordinária do COMIF em 2026, estimada para março.

O senhor Gabriel Chaskelmann, da Rede Nacional de Brigadas Voluntárias - RNBV, manifestou agradecimento às instituições que participaram ativamente das discussões, incluindo ABEMA, LIGABOM, IBAMA e ICMBio, reconhecendo o empenho coletivo nos últimos três meses. Registrou que, embora não tenha sido possível concluir o texto definitivo nesta reunião, os trabalhos serão retomados em janeiro, com expectativa de consolidação da proposta para deliberação na primeira reunião ordinária do próximo exercício.

O Secretário ressaltou a importância estratégica da matéria e solicitou prioridade na conclusão dos trabalhos, a fim de que a resolução possa ser aprovada antes do início da próxima temporada crítica de incêndios. Registrou, por fim, que a regulamentação do voluntariado no âmbito do manejo integrado do fogo representa etapa fundamental de consolidação da política pública, superando o estágio atual de ausência de normatização específica.

7. Apresentação de calendários de reuniões Ordinárias do COMIF para 2026

Na sequência, passou-se ao último ponto da pauta, referente à definição do calendário de reuniões do COMIF para o exercício de 2026.

O senhor André Lima, em manifestação inicial, respondeu à sugestão apresentada pelo senhor Marçal Cavalcanti quanto à compatibilização das reuniões do COMIF com as reuniões do CONAMA. Destacou que as reuniões do Comitê têm sido realizadas, em sua quase totalidade, em formato híbrido, com o objetivo de viabilizar ampla participação, inclusive daqueles membros que não possam estar presencialmente em Brasília.

Esclareceu que o calendário do COMIF não está atrelado ao calendário do CONAMA, sobretudo porque não há, até o momento, definição prévia de pauta específica daquele colegiado que exija vinculação automática das agendas. Ressaltou que o formato híbrido permite participação remota após deslocamentos para outras agendas institucionais, mitigando dificuldades logísticas. Após verificação, constatou-se que a única reunião do CONAMA indicada no site oficial estava prevista para o dia 11 de março.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios
Coordenação-Geral de Políticas para o Manejo Integrado do Fogo

Dessa forma, foi proposta a realização das seguintes reuniões ordinárias do COMIF em 2026, todas em formato híbrido:

- 4 de março
- 27 de abril
- 5 de agosto
- 25 de novembro

Registrou-se que, diferentemente do exercício anterior, não haverá reunião ordinária em janeiro ou fevereiro, mantendo-se, contudo, a possibilidade de convocação de reuniões extraordinárias, conforme necessidade.

O calendário proposto foi considerado aprovado, sem prejuízo de eventual ajuste para compatibilização com reuniões extraordinárias do CONAMA, quando o calendário daquele colegiado estiver formalmente definido.

Ainda sobre a agenda do próximo exercício, foi informado que o Comitê pretende repetir a realização de reuniões técnicas periódicas com meteorologistas de órgãos federais, incluindo INPE, CEMADEN e Agência Nacional de Águas, entre outros, com o objetivo de acompanhamento prospectivo das condições climáticas para os 45 a 90 dias subseqüentes. Informou-se que, em 2025, foram realizadas reuniões dessa natureza no primeiro semestre, o que contribuiu para melhor preparação institucional. Para 2026, prevê-se a realização de pelo menos quatro reuniões técnicas, sendo a primeira já programada para a última semana de janeiro, com convite estendido a todos os membros do COMIF.

8. Encerramento.

Não havendo outras matérias, o Secretário agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a sessão, registrando o reconhecimento pelos esforços conjuntos ao longo do período e a importância de prosseguir com a implementação das medidas deliberadas.

9. Encaminhamentos

Elaboração da minuta de Resolução de implementação da Estratégia do Voluntariado em Manejo Integrado do Fogo no âmbito de GT do COMIF.

Previsão para a próxima reunião ordinária: 04/03/2026.